



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
**Secretaria Municipal de Administração**

PROJETO DE:

LEI Nº. .... DE ..... DE ..... DE 2025.

“Altera a redação dos §§ 4º, 5º, 6º, 7º e 11º e acrescenta o § 13º ao Artigo 11 da Lei nº 4.330, de 28 de dezembro de 2001, conforme disposto no Artigo 3º da Lei nº 8.462, de 25 de setembro de 2025, e dá outras providências.”

**F.F, PREFEITA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO.**

**FAÇO** saber, em cumprimento ao disposto no art. 102, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica alterada a redação dos §§ 4º, 5º, 6º, 7º e 11º e acrescentado o §13º ao Artigo 11 da Lei nº 4330 de 28 de dezembro de 2001, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 - [...]”

§4º No caso da prestação de serviços de construção civil, a base de cálculo, por opção do contribuinte, poderá ser apurada por estimativa ou pelo regime normal.

§5º O método de apuração da Base de Cálculo por estimativa e o momento do lançamento serão definidos em Decreto do Executivo Municipal.

§6º Em caso de opção pelo Regime Normal de apuração do ISS, será permitida a dedução de subempreitadas já tributadas pelo imposto no Município de Sant'Ana do Livramento-RS, sendo necessário a apresentação de contrato(s) autenticado(s) vinculados(s) à obra.

§7º A NFS-e emitida pelo prestador de serviços da subempreitada a que se refere o §6º, deverá conter o número de inscrição da obra no Cadastro de Obras de Construção Civil (CNO) junto à Receita Federal do Brasil, descrição detalhada do serviço e data de emissão no período da ocorrência da obra.

§11º O arbitramento da base de cálculo do ISSQN incidente sobre os serviços de construção civil terá como parâmetro o custo unitário básico da construção - CUB/RS.

§ 13º O CIB (Cadastro Imobiliário Brasileiro) deverá constar obrigatoriamente de todos os documentos relativos à obra de construção civil expedidos pelo Município, conforme disposto no art. 265, § 2º da Lei Complementar nº 214/2025.”.

**Art. 2º** Os demais dispositivos da Lei Municipal nº 4.330/2001 e suas alterações posteriores que não conflitem com o presente ficam inalterados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
**Secretaria Municipal de Administração**

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a redação dada aos §§ 4º, 5º, 6º, 7º e 11 do Artigo 11 da Lei nº 4.330, de 28 de dezembro de 2001, pela Lei nº 8.462 de 25 de setembro de 2025.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2026.

Sant'Ana do Livramento,                      de                      de 2025.

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

Secretária Municipal de Administração





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
**Secretaria Municipal de Administração**

**JUSTIFICATIVA**

Estamos encaminhando, para apreciação desse Egrégio Legislativo Municipal, o projeto de lei que: **“Altera a redação dos §§ 4º, 5º, 6º, 7º e 11 e acrescenta o § 13º ao Artigo 11 da Lei nº 4.330, de 28 de dezembro de 2001, conforme disposto no Artigo 3º da Lei nº 8.462, de 25 de setembro de 2025, e dá outras providências.”**

O presente Projeto de Lei visa promover a alteração pontual de dispositivos da Lei nº 8.462/2025, recentemente publicada, com o objetivo de aperfeiçoar a redação, ajustando dispositivos para assegurar a sua plena aplicabilidade prática, assegurando maior clareza normativa, segurança jurídica e adequação ao ordenamento legal vigente, sem afetar a essência do texto aprovado anteriormente.

Embora a lei originária tenha sido elaborada com primazia, a prática técnica tem demonstrado que alguns trechos comportam aprimoramento redacional, a fim de harmonizar sua aplicação, sobretudo no que se refere à eficiência administrativa e proteção do interesse público.

A proposição legislativa também se fundamenta na análise de possíveis impactos reais observados após a publicação da Lei, nos quais foram identificados pontos de redação que, embora não alterem o conteúdo material aprovado, podem gerar entraves operacionais, dúvidas de execução, e dificuldades procedimentais na atuação do Poder Público e na compreensão do cidadão destinatário da norma. Assim, a proposta visa fortalecer a coerência do sistema normativo.

Vale ressaltar, ainda, que as alterações visam atender primordialmente às disposições da Lei Complementar nº 214/2025, em especial o art. 265, §2º, que determina a obrigatoriedade de todos os documentos relativos à obra de construção civil expedidos pelo Município serem inscritos no CIB (Cadastro Imobiliário Brasileiro).

Diante do exposto, submetemos a presente proposta à apreciação dos Nobres Vereadores, confiando em sua sensibilidade social e compromisso com o desenvolvimento urbano e a justiça social em Santana do Livramento, para aprovação do presente projeto.

Sant'Ana do Livramento, 03 de dezembro de 2025.

**ANA LUIZA MOURA TAROUÇO**  
Prefeita Municipal